



LEI Nº. 3.769/2013

EMENTA: Institui a Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PERNAMBUCO, faz saber que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL decretou** e este **sanciona** a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão, como meio de interlocução com a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de solicitações, informações, reclamações, sugestões, críticas, elogios e quaisquer outros encaminhamentos relacionados às suas atribuições e competências.

Art. 2º - Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão:

I – assegurar o acesso à informação pública, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II - receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil dirigidas à Câmara Municipal;

III - organizar os canais de acesso do cidadão à Câmara Municipal, simplificando procedimentos;

IV - orientar os cidadãos sobre os meios de formalização de manifestações dirigidas à Ouvidoria;

V - fornecer informações, material educativo e orientar os cidadãos quanto às manifestações que não forem de competência da Ouvidoria da Câmara Municipal;

VI - responder aos cidadãos e entidades quanto às providências adotadas em face de suas manifestações;

VII - auxiliar a Câmara Municipal na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos ou sanar violações, ilegalidades e abusos constatados;



VIII - auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento dos mecanismos de participação social.

Art. 3º - A Ouvidoria da Câmara Municipal, diretamente vinculada à Mesa Diretora, será dirigida por um Ouvidor, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação, com mandato de 01 (um) ano, admitida a recondução.

§ 1º Poderá a Mesa Diretora da Câmara Municipal destituir o Ouvidor antes do termo de seu mandato, se insuficiente o seu desempenho ou inadequada a sua conduta.

§ 2º Será o Ouvidor avaliado nos termos desta Lei e da legislação aplicável, garantida a ampla defesa e o contraditório.

Art. 4º - Para o desempenho das funções da Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão, ficam criados os seguintes cargos:

I - 01 (um) Ouvidor, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação, referência CCO - 1, incluindo-se ao constante da TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013, com vencimentos e atribuições dados pela redação do Anexo I da presente lei;

II - 01 (um) Ouvidor Adjunto, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação, para responder pela Ouvidoria nos impedimentos do Ouvidor, referência CCO - 2, incluindo-se ao constante da TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013, com vencimentos e atribuições dados pela redação do Anexo I da presente lei;

III - 06 (seis) Assessores Técnicos de Ouvidoria, nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento e exoneração dentre pessoas com escolaridade de nível médio, para assessorar na elaboração do plano de trabalho da Ouvidoria, do Orçamento, do Programa Permanente de Qualidade e Produtividade, bem como propor Indicadores de Desempenho quantitativos e qualitativos, referência CCO - 3, incluindo-se ao constante da TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013, com vencimentos e atribuições dados pela redação do Anexo I da presente lei;

Parágrafo único. Para a execução das atividades da Ouvidoria também poderão ser designados servidores efetivos ou comissionados, havendo compatibilidade de atribuições, a requerimento do Ouvidor ao Presidente da Câmara.



PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio Municipal José Joaquim da Silva Filho



Art. 5º - O Ouvidor, para o exercício de suas funções, terá as seguintes prerrogativas:

- I - requisitar informações às unidades e servidores da Câmara Municipal;
- II - solicitar documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º As unidades e servidores da Câmara Municipal terão prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria, prazo este que poderá ser prorrogado por igual período em função da complexidade do assunto.

§ 2º O descumprimento do prazo ou a ausência de resposta deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 6º - São atribuições do Ouvidor:

- I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;
- II - recomendar a correção de procedimentos administrativos;
- III - sugerir, quando cabível, a adoção de providências ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;
- IV - determinar, de forma fundamentada, o encerramento de manifestações;
- V - manter sigilo sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;
- VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;
- VII - solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;
- VIII - solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;
- IX - elaborar relatório mensal e anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento à Mesa, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;
- X - incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;
- XI - propor ao Presidente da Câmara Municipal a celebração de convênios ou parcerias com entidades afins e de interesse da Ouvidoria e da Câmara Municipal;



PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio Municipal José Joaquim da Silva Filho



XII - propor ao Presidente da Câmara Municipal a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria.

Art. 7º - A Ouvidoria encaminhará resposta ao cidadão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da manifestação, informando as providências e encaminhamentos adotados.

Parágrafo único. O prazo mencionado no “caput” poderá ser prorrogado de acordo com a complexidade do assunto, sendo o cidadão devidamente informado sobre a prorrogação.

Art. 8º - A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio de canais de comunicação ágeis e eficazes, tais como:

I - acesso exclusivo à Ouvidoria por meio de página eletrônica da Câmara Municipal na rede mundial de computadores, contendo formulário específico para o registro de manifestações;

II - serviço de atendimento pessoal;

III - recebimento de manifestações por meio de correio, fax ou outro meio identificado para esse fim.

IV – outros meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

Art. 9º- A Câmara Municipal dará ampla divulgação da existência da Ouvidoria e suas respectivas atividades pelos meios de comunicação em geral;

Art. 10 - A Câmara Municipal assegurará recursos humanos, estruturais e financeiros necessários ao desempenho das atividades da Ouvidoria.

Art. 11 - Ao servidor que for designado para funções de chefia da Ouvidoria Municipal, será atribuída gratificação de especialização e produtividade, no percentual máximo de 50% sob seu salário-base, a critério do Presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento do Ouvidor.

Art. 12 - A Mesa da Câmara Municipal baixará atos complementares necessários ao desempenho das atividades da Ouvidoria.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município do exercício de 2013, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 683.320,00 (seiscentos oitenta e três mil trezentos e vinte reais), para implantação e manutenção da Ouvidoria da Câmara Municipal.



PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio Municipal José Joaquim da Silva Filho



§ 1º. A discriminação das dotações que serão incluídas no orçamento, objeto do Crédito Especial autorizado pelo caput deste artigo, estão discriminadas no ANEXO II desta Lei.

§ 2º. Os recursos orçamentários destinados a acorrer às despesas com a abertura do crédito são provenientes da anulação parcial de dotações do orçamento da Câmara, que serão indicados no ofício que solicitar a abertura do crédito, para integrar o Decreto que abrir o crédito especial.

§ 3º. Os recursos financeiros para a implantação e o funcionamento da Ouvidoria serão provenientes dos repasses dos duodécimos ao Legislativo.

§ 4º. Nos orçamentos anuais da Câmara Municipal serão consignadas dotações para o funcionamento regular da Ouvidoria, nos exercícios seguintes.

Art. 14 - O ANEXO III constitui a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para atender ao art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitória de Santo Antão, 19 de fevereiro de 2013.



ELIAS ALVES DE LIRA

Prefeito



PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio Municipal José Joaquim da Silva Filho



Vitória
de todos

ANEXO I DO PROJETO DE LEI Nº 002/2013

TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013 – Situação Nova.

QTDE	DENOMINAÇÃO	Ref.	FORMA DE PROVIMENTO	Carga Horária – Semanal
1 (um)	Ouvidor	CCO-1	Nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação.	40h
1 (um)	Ouvidor Adjunto	CCO-2	Nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação.	40h
6 (seis)	Assessor Técnico de Ouvidoria	CCO-3	Nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento e exoneração dentre pessoas com escolaridade de nível médio.	40h

REF.	ATRIBUIÇÕES	VENCIMENTO-BASE
CCO-1	Dirigir e Coordenar as atividades da Ouvidoria.	R\$ 4.000,00
CCO-2	Auxiliar o Ouvidor em suas atividades de direção e coordenação e responder pela Ouvidoria, nos impedimentos do Ouvidor.	R\$ 3.500,00
CCO-3	Assessorar a elaboração do plano de trabalho da Ouvidoria, do Orçamento, do Programa Permanente de Qualidade e Produtividade, bem como propor Indicadores de Desempenho quantitativos e qualitativos.	R\$ 3.000,00



PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio Municipal José Joaquim da Silva Filho



ANEXO II **DO PROJETO DE LEI Nº 002/2013**

DOTAÇÕES QUE SERÃO INCLUIDAS NO ORÇAMENTO POR MEIO DE **CRÉDITO ESPECIAL**

ÓRGÃO: 01 – PODER LEGISLATIVO

UNIDADE: 01.02 - OUVIDORIA DA CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Projeto/Atividade	Histórico	Elemento de Despesa	Valor
Função: 01	<u>Descritor da Atividade:</u>	3.3.1.90.11	306.000,00
Subfunção: 031	Implantação e	3.3.1.90.13	67.320,00
Programa: 0101	manutenção da	3.3.3.90.30	10.000,00
<u>Atividade:</u>	Ouvidoria da Câmara	3.3.3.90.36	50.000,00
01.031.0101.2.002015	Municipal de Vitória	3.3.3.90.39	190.000,00
<u>Projeto:</u>	de Santo Antão.		
01.031.0101.1.002004	<u>Descritor do Projeto:</u>	3.3.3.90.52	60.000,00
	Equipamento e		
	material permanente		
	da Ouvidoria.		
	TOTAL GERAL		683.320,00



ANEXO III
DO PROJETO DE LEI Nº 002/2013

ATENDIMENTO AO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000.

A – Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira:

Na qualidade de Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vitória de Santos Antão, declaro para atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), que o presente Projeto de Lei provoca o impacto orçamentário-financeiro evidenciado a seguir e sua adequação orçamentária ocorrerá por meio da abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 13 do presente projeto de lei:

B- Estimativa do Impacto Orçamentário:

Para atendimento ao disposto no art. 16, inciso I, estimo o impacto trienal da despesa, conforme abaixo:

1. Valor da despesa no 1º exercício (2013)

R\$ 683.320,00

Impacto % sobre o Orçamento do Município do 1º exercício:

0,29 %

Impacto % sobre o Orçamento da Câmara do 1º exercício:

10,69 %

2. Valor da despesa no 2º exercício (2014)

R\$

769.102,26

Impacto % sobre o Orçamento do Município do 2º exercício:

0,29 %

Impacto % sobre o Orçamento da Câmara do 2º exercício:

10,84 %

3. Valor da despesa no 3º exercício (2015)

R\$

819.093,91

Impacto % sobre o Orçamento do Município do 3º exercício:

0,28 %

Impacto % sobre o Orçamento da Câmara do 3º exercício:

10,49 %

C – Estimativa do Impacto Financeiro:

Os recursos financeiros para manter a Câmara Municipal são calculados nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e não variam no decorrer do exercício. As despesas são controladas até o limite do valor dos duodécimos, portanto, não



PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio Municipal José Joaquim da Silva Filho



haverá impacto financeiro no Município com a implantação da Ouvidoria, uma vez que sua implantação e manutenção ocorrerão com parte dos recursos que o Poder Legislativo recebe de duodécimos.

Vitória de Santo Antão, 19 de fevereiro de 2013.

ELIAS ALVES DE LIRA
Prefeito



CÂMARA DE VEREADORES DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CASA DIOGO DE BRAGA

PROJETO DE LEI 002/2013

Institui a Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão Decreta:

Art. 1º Fica instituída a Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão, como meio de interlocução com a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de solicitações, informações, reclamações, sugestões, críticas, elogios e quaisquer outros encaminhamentos relacionados às suas atribuições e competências.

Art. 2º Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão:

I - assegurar o acesso à informação pública, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II - receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil dirigidas à Câmara Municipal;

III - organizar os canais de acesso do cidadão à Câmara Municipal, simplificando procedimentos;

IV - orientar os cidadãos sobre os meios de formalização de manifestações dirigidas à Ouvidoria;

V - fornecer informações, material educativo e orientar os cidadãos quanto às manifestações que não forem de competência da Ouvidoria da Câmara Municipal;

VI - responder aos cidadãos e entidades quanto às providências adotadas em face de suas manifestações;

VII - auxiliar a Câmara Municipal na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos ou sanar violações, ilegalidades e abusos constatados;

VIII - auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento dos mecanismos de participação social.

Art. 3º A Ouvidoria da Câmara Municipal, diretamente vinculada à Mesa Diretora, será dirigida por um Ouvidor, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação, com mandato de 01 (um) ano, admitida a recondução.

§ 1º Poderá a Mesa Diretora da Câmara Municipal destituir o Ouvidor antes do termo de seu mandato, se insuficiente o seu desempenho ou inadequada a sua conduta.

§ 2º Será o Ouvidor avaliado nos termos desta Lei e da legislação aplicável, garantida a ampla defesa e o contraditório.



CÂMARA DE VEREADORES DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CASA DIOGO DE BRAGA

Art. 4º Para o desempenho das funções da Ouvidoria da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão, ficam criados os seguintes cargos:

I - 01 (um) Ouvidor, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação, referência CCO - 1, incluindo-se ao constante da TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013, com vencimentos e atribuições dados pela redação do Anexo I da presente lei;

II - 01 (um) Ouvidor Adjunto, nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação, para responder pela Ouvidoria nos impedimentos do Ouvidor, referência CCO - 2, incluindo-se ao constante da TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013, com vencimentos e atribuições dados pela redação do Anexo I da presente lei;

III - 06 (seis) Assessores Técnicos de Ouvidoria, nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento e exoneração dentre pessoas com escolaridade de nível médio, para assessorar na elaboração do plano de trabalho da Ouvidoria, do Orçamento, do Programa Permanente de Qualidade e Produtividade, bem como propor Indicadores de Desempenho quantitativos e qualitativos, referência CCO - 3, incluindo-se ao constante da TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013, com vencimentos e atribuições dados pela redação do Anexo I da presente lei;

Parágrafo único. Para a execução das atividades da Ouvidoria também poderão ser designados servidores efetivos ou comissionados, havendo compatibilidade de atribuições, a requerimento do Ouvidor ao Presidente da Câmara.

Art. 5º O Ouvidor, para o exercício de suas funções, terá as seguintes prerrogativas:

I - requisitar informações às unidades e servidores da Câmara Municipal;

II - solicitar documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º As unidades e servidores da Câmara Municipal terão prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria, prazo este que poderá ser prorrogado por igual período em função da complexidade do assunto.

§ 2º O descumprimento do prazo ou a ausência de resposta deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 6º São atribuições do Ouvidor:

I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;

II - recomendar a correção de procedimentos administrativos;



CÂMARA DE VEREADORES DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CASA DIOGO DE BRAGA

III - sugerir, quando cabível, a adoção de providências ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;

IV - determinar, de forma fundamentada, o encerramento de manifestações;

V - manter sigilo sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;

VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;

VII - solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;

VIII - solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;

IX - elaborar relatório mensal e anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento à Mesa, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;

X - incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;

XI - propor ao Presidente da Câmara Municipal a celebração de convênios ou parcerias com entidades afins e de interesse da Ouvidoria e da Câmara Municipal;

XII - propor ao Presidente da Câmara Municipal a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria.

Art. 7º A Ouvidoria encaminhará resposta ao cidadão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da manifestação, informando as providências e encaminhamentos adotados.

Parágrafo único. O prazo mencionado no "caput" poderá ser prorrogado de acordo com a complexidade do assunto, sendo o cidadão devidamente informado sobre a prorrogação.

Art. 8º A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio de canais de comunicação ágeis e eficazes, tais como:

I - acesso exclusivo à Ouvidoria por meio de página eletrônica da Câmara Municipal na rede mundial de computadores, contendo formulário específico para o registro de manifestações;

II - serviço de atendimento pessoal;

III - recebimento de manifestações por meio de correio, fax ou outro meio identificado para esse fim.

IV - outros meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

Art. 9º A Câmara Municipal dará ampla divulgação da existência da Ouvidoria e suas respectivas atividades pelos meios de comunicação em geral;



CÂMARA DE VEREADORES DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CASA DIOGO DE BRAGA

Art. 10. A Câmara Municipal assegurará recursos humanos, estruturais e financeiros necessários ao desempenho das atividades da Ouvidoria.

Art. 11. Ao servidor que for designado para funções de chefia da Ouvidoria Municipal, será atribuída gratificação de especialização e produtividade, no percentual máximo de 50% sob seu salário-base, a critério do Presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento do Ouvidor.

Art. 12. A Mesa da Câmara Municipal baixará atos complementares necessários ao desempenho das atividades da Ouvidoria.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município do exercício de 2013, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 683.320,00 (seiscentos oitenta e três mil trezentos e vinte reais), para implantação e manutenção da Ouvidoria da Câmara Municipal.

§ 1º. A discriminação das dotações que serão incluídas no orçamento, objeto do Crédito Especial autorizado pelo caput deste artigo, estão discriminadas no ANEXO II desta Lei.

§ 2º. Os recursos orçamentários destinados a acorrer às despesas com a abertura do crédito são provenientes da anulação parcial de dotações do orçamento da Câmara, que serão indicados no ofício que solicitar a abertura do crédito, para integrar o Decreto que abrir o crédito especial.

§ 3º. Os recursos financeiros para a implantação e o funcionamento da Ouvidoria serão provenientes dos repasses dos duodécimos ao Legislativo.

§ 4º. Nos orçamentos anuais da Câmara Municipal serão consignadas dotações para o funcionamento regular da Ouvidoria, nos exercícios seguintes.

Art. 14. O ANEXO III constitui a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para atender ao art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 2000.

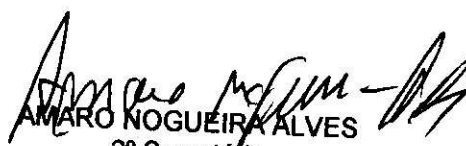
Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Juarez Cândido Carneiro, 14 de fevereiro de 2013.


EDMO DA COSTA NEVES FILHO
Presidente

EDVALDO BIONE DE MELO JÚNIOR
1º Secretário

JOSÉ BERTOLDO DE LIMA SANTOS
1º Vice-Presidente


AMARO NOGUEIRA ALVES
2º Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
CASA DIOGO DE BRAGA

ANEXO I
DO PROJETO DE LEI Nº 002/2013

TABELA II, da Lei Municipal nº 3.767/2013 – Situação Nova.

QTDE	DENOMINAÇÃO	Ref.	FORMA DE PROVIMENTO	Carga Horária – Semanal
1 (um)	Ouvidor	CCO-1	Nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação.	40h
1 (um)	Ouvidor Adjunto	CCO-2	Nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento em comissão, dentre portadores de diploma com nível superior, com notória experiência administrativa no setor público e na área de atuação.	40h
6 (seis)	Assessor Técnico de Ouvidoria	CCO-3	Nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal, de livre provimento e exoneração dentre pessoas com escolaridade de nível médio.	40h

REF.	ATRIBUIÇÕES	VENCIMENTO-BASE
CCO-1	Dirigir e Coordenar as atividades da Ouvidoria.	R\$ 4.000,00
CCO-2	Auxiliar o Ouvidor em suas atividades de direção e coordenação e responder pela Ouvidoria, nos impedimentos do Ouvidor.	R\$ 3.500,00
CCO-3	Assessorar a elaboração do plano de trabalho da Ouvidoria, do Orçamento, do Programa Permanente de Qualidade e Produtividade, bem como propor Indicadores de Desempenho quantitativos e qualitativos.	R\$ 3.000,00

ANEXO II
DO PROJETO DE LEI Nº 002/2013

DOTAÇÕES QUE SERÃO INCLUIDAS NO ORÇAMENTO POR MEIO DE CRÉDITO ESPECIAL

ÓRGÃO: 01 – PODER LEGISLATIVO

UNIDADE: 01.02 - OUVIDORIA DA CÂMARA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Projeto/Atividade	Histórico	Elemento de Despesa	Valor
Função: 01	Descrição da Atividade:		
Subfunção: 031	Implantação e manutenção da	3.3.1.90.11	306.000,00
Programa: 0101	Ouvidoria da Câmara Municipal de	3.3.1.90.13	67.320,00
Atividade:	Vitória de Santo Antão.	3.3.3.90.30	10.000,00
01.031.0101.2.002015	Descrição do Projeto:	3.3.3.90.36	50.000,00
Projeto:	Equipamento e material	3.3.3.90.39	190.000,00
01.031.0101.1.002004	permanente da Ouvidoria.		
	TOTAL GERAL	3.3.3.90.52	60.000,00
			683.320,00



CÂMARA DE VEREADORES DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CASA DIOGO DE BRAGA

ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 002/2013

ATENDIMENTO AO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000.

A – Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira:

Na qualidade de Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vitória de Santos Antão, declaro para atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), que o presente Projeto de Lei provoca o impacto orçamentário-financeiro evidenciado a seguir e sua adequação orçamentária ocorrerá por meio da abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 13 do presente projeto de lei:

B- Estimativa do Impacto Orçamentário:


Para atendimento ao disposto no art. 16, inciso I, estimo o impacto trienal da despesa, conforme abaixo:

1. <u>Valor da despesa no 1º exercício (2013)</u>	
Impacto % sobre o Orçamento do Município do 1º exercício:	R\$ 683.320,00
Impacto % sobre o Orçamento da Câmara do 1º exercício:	0,29 %
%	10,69
2. <u>Valor da despesa no 2º exercício (2014)</u>	
Impacto % sobre o Orçamento do Município do 2º exercício:	R\$ 769.102,26
Impacto % sobre o Orçamento da Câmara do 2º exercício:	0,29 %
%	10,84 %
3. <u>Valor da despesa no 3º exercício (2015)</u>	
Impacto % sobre o Orçamento do Município do 3º exercício:	R\$ 819.093,91
Impacto % sobre o Orçamento da Câmara do 3º exercício:	0,28 %
%	10,49

C – Estimativa do Impacto Financeiro:

Os recursos financeiros para manter a Câmara Municipal são calculados nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e não variam no decorrer do exercício. As despesas são controladas até o limite do valor dos duodécimos, portanto, não haverá impacto financeiro no Município com a implantação da Ouvidoria, uma vez que sua implantação e manutenção ocorrerão com parte dos recursos que o Poder Legislativo recebe de duodécimos.

Vitória de Santo Antão, 30 de janeiro de 2013.


EDMO DA COSTA NEVES FILHO
Presidente